



Aline Moerbeck da Costa e Vanessa Ribeiro
Simon Cavalcanti

*Violência na Intimidade, Gênero e Direitos Humanos: expressões da juventude
em contexto educacional*

DOI: [https://doi.org/10.34625/issn.2183-5705\(26\)2019.ic-01](https://doi.org/10.34625/issn.2183-5705(26)2019.ic-01)

Secção I

Investigação Científica*

* Os artigos presentes nesta secção foram sujeitos a processo de revisão segundo o método *blind peer review*.

Violência na Intimidade, Gênero e Direitos Humanos: expressões da juventude em contexto educacional

Violence in privacy, Gender and Human Rights: expressions of youth in educational context

Aline Moerbeck da COSTA¹

Vanessa Ribeiro Simon CAVALCANTI²

RESUMO: Em contextos de violações e relações abusivas, analisar as violências nas relações de intimidade, com recorte geracional sob a perspectiva dos Direitos Humanos e de gênero, é o foco central. O tema tem alcançado visibilidade, nos níveis social e científico, sendo considerado como um problema e umas das urgências atuais, pelo impacto decorrente nas manifestações e consequências. Portanto, mapear ocorrências violentas nas relações de intimidade de/entre jovens, ademais de elencar os principais elementos jurídicos de proteção e defesa, à luz da literatura compõe escopo do artigo. Como delineamento metodológico, a pesquisa foi realizada com jovens, de ambos os sexos, na faixa etária de 16 a 24 anos, matriculados em escolas públicas de médio porte dos municípios baianos (Salvador e Feira de Santana). Utilizou-se como instrumento “Percurso Amoroso de Jovens\PAJ” (original do Canadá - *Parcour amoureux des jeunes*), versão brasileira, para operacionalizar a abordagem qualitativa (entrevistas – questões subjetivas). Concluiu-se a necessidade de investimentos eficazes, sensibilizando contextos familiares e educacionais (prevenção e informação), de diferentes setores sociais para a importância de relacionamentos íntimos entre jovens. Outros resultados sinalizam a construção de projetos baseados na conscientização e na educação para e pelos Direitos das juventudes, informando, compreendendo e evitando relacionamentos abusivos.

PALAVRAS-CHAVE: violências; juventude; intimidade; contexto social e familiar; direitos humanos; cidadania.

ABSTRACT: In contexts of violations and abusive relationships, analyzing violence in intimate relationships, with generational focus from the perspective of human rights and gender, is the central focus. The theme has reached visibility at the social and scientific levels, being considered as a problem and one of the current urgencies, due to its impact on the manifestations and consequences. Therefore, mapping violent occurrences in the relationships of intimacy of / among young people, in addition to listing the main legal elements of protection and defense, in the light of the literature, is the scope of the article. As a methodological design, the research was conducted with young people of both sexes,

¹ Doutoranda em Direitos Humanos no Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra. Mestra em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL). Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Direitos Humanos (NEDH/UCSAL) e Núcleo de Estudos e Pesquisa na Infância e Adolescência (NNEPA/UEFS).

² Doutorada pela Universidade de León, com pós-doutoramento pela Universidade de Salamanca. Professora e pesquisadora da Universidade Católica do Salvador (UCSAL) no Doutorado e Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea e docente permanente no Programa de Pós-Graduação Programa em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) da Universidade Federal da Bahia. Integrante da Associação Portuguesa de Sociologia – APS e do Núcleo de Estudos sobre Direitos Humanos (NEDH).

aged 16 to 24 years old, enrolled in medium-sized public schools in the municipalities of Bahia (Salvador and Feira de Santana). It was used as instrument “Young Love Path \ PAJ” (original from Canada - Parcours amoureux des jeunes), Brazilian version, to operationalize the qualitative approach (interviews - subjective questions). The need for effective investments, sensitizing family and educational contexts (prevention and information) from different social sectors to the importance of close relationships between young people was concluded. Other results signal the construction of projects based on awareness and education for and for youth human rights, informing, understanding and avoiding abusive relationships.

KEYWORDS: violence; youth; intimacy; social and family context; human rights; citizenship.

1. INTRODUÇÃO

Tendo como ponto de partida uma conjuntura complexa e multifacetada que sinaliza, cada vez mais, para as urgências de ações e agendas pertinentes ao campo das relações de gênero, juventudes e direitos humanos, a investigação focaliza as violências nas relações de intimidade, na perspectiva dos estudos interdisciplinares com recorte geracional e advindas de contextos escolares e afetivos. Este tema tem alcançado visibilidade, nos níveis social e científico, sendo considerado, na atualidade, como um problema, pelo impacto decorrente da multiplicidade de manifestações e consequências.

Partimos do pressuposto de que estudos qualitativos visam uma medição de comportamentos, buscando instrumentos capazes de recolha e análise. Isso se aproxima, sobremaneira, ao fato de a abordagem dessa natureza trazerem o significado das ações humanas – no caso desse artigo com destaque aos convívios entre jovens em determinado cenário social e relacional - como centradas e matizadas a partir de “contextos, ou situações, nas quais as atitudes, os sentimentos e as percepções têm lugar”³.

O termo “juventude” refere-se a um ciclo ou um período geracional de vida, definido por uma passagem entre a infância e a condição de adulto, sendo modelada através de uma construção social de um tempo histórico⁴, caracterizada pela formação da personalidade e busca de sentidos, concebida por muitos estudiosos um período de maior vulnerabilidade, conflitos e violências.

³ SCHUMACKER, S. & MCMILLAN, J. Research in education: a conceptual introduction. (5ª edição). Nova Iorque: Addison Wesley Longman, 1997.

⁴ CASTRO, M.G.; ABRAMOVAY, M. Juventudes, violências e o Estado: jovens em território com o programa Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, n. 1, p. 17-41, 2015.

A violência nas relações de intimidade de jovens passou a ser divulgada a partir da década de 80 (século XX), sob as denominações de “*dating violence*” ou “*courtship violence*”. Em décadas anteriores, os estudos se concentravam nos eventos violentos predominando a fase adulta. Esta modalidade de violência é definida pela Organização Mundial da Saúde⁵ como “comportamento por um parceiro íntimo que cause danos físicos, sexuais ou psicológicos, incluindo atos de agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos controladores”. O comportamento violento entre jovens, nas relações de intimidade, vem sendo registrado em estudos que apontam a gravidade e relevância do tema, considerando a vulnerabilidade desse grupo e possíveis consequências uma vez que a tendência é acentuar sua frequência e gravidade, ao longo do tempo, sendo considerado um forte preditor da violência em fase futura.

Na atualidade, esta temática constitui preocupação mundial, nos diferentes contextos e nações, motivando agendas de políticas públicas e investigações para aprofundar o assunto, no sentido de subsidiar estratégias de intervenção e prevenção, considerando as consequências desses eventos para jovens, a curto e médio prazo. Embora reconhecida à relevância, a violência nas relações de intimidade de jovens ainda é pouco discutida nos diferentes contextos (familiar, educacional ou político), bem como pouco debatida pela comunidade científica. São escassos estudos das múltiplas dimensões dessa violência e fatores associados, criando interfaces de descrição e intervenção (seja na esfera educacional como de políticas específicas e preventivas).

Em nível internacional, um estudo espanhol realizado por Fuertes⁶ com 567 adolescentes constatou que 96,3% dos participantes adolescentes entrevistados já tinham vivenciado a violência verbal nas suas relações de intimidade. O mesmo estudo apontou que 24,3% dos adolescentes já agrediram seu parceiro íntimo e 21,7% sofreram violência física nesse tipo de relação.

⁵ OMS - Organização Mundial de Saúde/OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. Genebra: OMS, 2002.

⁶ FERNANDEZ-FUERTE, A. A.; FUERTES, A. Physical and psychological aggression in dating relationships of Spanish adolescents: Motives and consequences. *Child Abuse Neglect*, v. 34, n. 3, p. 183-191, 2010.

Outro estudo mais amplo⁷ realizado com 3205 adolescentes de 10 capitais brasileiras detectou que 38,9% dos participantes já agrediram e 43,8% sofreram violência sexual. Segundo estudiosos, a vivência das relações de intimidade por jovens revela que uma sociedade androcêntrica (cultura patriarcal) pode estabelecer maior vulnerabilidade à vivência e à perpetração de violências múltiplas. Além disso, as assimetrias e desigualdades de poder entre as gerações também podem determinar maior vulnerabilidade de adolescentes ao fenômeno, uma vez que nesta etapa da vida ambos os sexos ocupam posições de dependência social.

No Brasil, até meados da década de 70, a violência na juventude contra meninas e mulheres era considerada um problema de ordem privada e, portanto, o Estado não entendia como uma condição de ordem, controle social e político, dispondo da indulgência da sociedade e considerada por um determinado período como “normal”.

Foi através do movimento feminista que, o fenômeno da violência - visto como um evento da esfera privada - passou a ser considerado como um problema social e grave violação aos Direitos Humanos, afetando milhares de meninas e mulheres nos mais variados contextos, extinguindo assim a dicotomia entre público e privado, rompendo as fronteiras e exigindo agendas específicas.

No contexto tecnológico e social, vale salientar as diversas formas de violência sofrida pela população jovem através de meio midiático e redes sociais (ofensas, constrangimentos, intimidação e controle) gerando consequências tão devastadoras quanto todas as outras formas de violência, acarretando sérias consequências a curto e longo prazos. Com o avanço tecnológico através de redes sociais, sucedeu-se ampla divulgação de imagens, vídeos e outros conteúdos que descaracterizam, discriminam, intimidam e violam a integridade e dignidade. Tal modalidade de violência contra meninas e mulheres, praticada através do uso da rede social, tem sido mais frequente entre jovens na contemporaneidade⁸.

⁷ OLIVEIRA, M. S.; SANI, A. I. Comportamentos dos jovens universitários face a violência nas relações amorosas. IN: SILVA, B.D.; ALMEIDA, L.S. (Coords). Atas do VIII Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia. Braga: Centro de Investigação em Educação (CIEd), p. 1061-1074, 2005.

⁸ CAVALCANTI, V. R. S.; MENEZES, M.R.C. Mulher Jovem e Cibercultura: Liberdade, Subordinação e Reminiscências Patriarcais no meio Virtual. *Ex aequo*, Lisboa, n. 35, p. 33-47, 2017.

Os fatores que levam jovens a manifestarem comportamentos violentos nas suas relações íntimas são complexos e a compreensão exige articulação entre diversas dimensões dos seus relacionamentos, seja ao nível familiar, social e experiências amorosas. A faixa vinculada à juventude apresenta risco mais elevado que a adulta para casos de abusos (físico, sexual, psicológico) e outras formas mais agressivas, como o feminicídio⁹ e a lesão corporal severa, considerando a pouca experiência, o desejo de independência e confiança prévia no suporte do parceiro¹⁰.

Nesse sentido e frisando a importância e urgência da temática, vale salientar que o enfrentamento das mais diversas formas de violência de gênero contra meninas e mulheres, sendo a violência simbólica¹¹ a mais grave, por ser infiltrada e enraizada na cultura é de grande relevância no sentido de ser debatida pela comunidade científica como forma de alertar a juventude acerca de temáticas que afligem a sociedade e que trazem – podem trazer, severas consequências a curto e longo prazo para as vítimas. Salienta-se que todas as formas de violência contra meninas e mulheres “repartem alguns fatores que a caracterizam a violência de gênero: a coerção, a intimidação, a ameaça, a coação, o abuso, a força, o controle e o poder”¹².

Para nortear esta pesquisa foram escolhidos pontos de partida: 1) Como se caracterizam os eventos violentos nas relações de intimidade de jovens, situações precipitantes, principais manifestações e consequências? 2) Quais os elementos jurídicos de proteção e promoção de direitos e defesas para essas vítimas, disponíveis na lei? Importante enfatizar que o objeto-problema compõe uma abordagem sobre um contexto bastante complexo, interdisciplinar e que, portanto, não pode ser captado com instrumentos simplificados ou única técnica,

⁹ A nova Lei 13.104, conhecida como Lei do Feminicídio, entrou em vigor em 2015, alterando o Código Penal e incluindo mais uma modalidade de homicídio qualificado (o feminicídio), quando o crime for praticado pela condição de gênero feminino. Ainda sim, foi sancionado projeto (Agosto/2018) no Senado, que aumenta a pena para o estupro coletivo. O texto também torna crime a importunação sexual, a chamada vingança pornográfica e a divulgação de cenas de estupro. Para o estupro coletivo a pena pode ficar até 2/3 maior.

¹⁰ CALLAHAN, M. R.; TOLMAN, R. M.; SAUNDERS, D. G. Adolescent dating violence victimization and psychological well-being. *Journal of Adolescent Research*, v. 18, n.6, p. 664-681, 2013.

¹¹ SARDENBERG, C.M.B. Um diálogo possível entre Margaret Mead e Simone de Beauvoir. In: MOTA, A. B., SARDENBERG, C. e GOMES, M. (Orgs.). Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas. Salvador: NEIM/FFCH/UFBA, 2000.

¹² VELÁZQUEZ, S. Violências Cotidianas, Violência de Gênero: escutar, compreender, ajudar. Buenos Aires: Paidós, 2006.

ressaltando a relevância de abordagem multireferenciada, interdisciplinar e observando a complexidade e a intersecção de categorias e resultados possíveis.

O objetivo principal da investigação foi mapear e analisar ocorrências violentas nas relações de intimidade de jovens, ocorridas em período equivalente aos últimos doze meses, utilizando a abordagem qualitativa e, tendo como base, questões norteadoras utilizadas do instrumento nomeado “Percurso Amoroso de Jovens\PAJ” (original do Canadá - *Parcour amoureux des jeunes*), versão brasileira, adaptada e validada, para referenciação em contexto brasileiro, com destaque para duas cidades do Estado da Bahia (Salvador e Feira de Santana). Foram realizadas entrevistas com questões subjetivas abordando experiências difíceis nas relações de intimidade.

Matizadas no cotidiano e nas relações entre jovens, as manifestações de afeto, mas também de abusos/violências são temas emergentes e requerem olhares atentos, inclusive do ponto de vista social, comportamental, saúde e promoção de educação e direitos. Como contribuição social, o estudo visou possibilitar a interlocução entre diferentes áreas do conhecimento (direito, ciências sociais aplicadas), estimulando a interdisciplinaridade (ou pelo menos aproximações transversais), fundamental à implementação de medidas de prevenção e em diversos contextos sociais.

Sendo assim, importante enfatizar que o ambiente educacional formal é reconhecidamente *lócus* de convívio e formação de jovens, preparando-os para a convivência social pacífica, no exercício pleno da cidadania, com direitos, deveres e respeito à liberdade pessoal do outro. Nesse sentido, tendo sido escolhida a escola para realização da pesquisa e tomando como contextos sociais de formação/aprendizagem, além de espaço privilegiado de reflexão acerca da importância de se institucionalizar estratégias e práticas sobre temáticas que afligem as relações humanas, destacando-se a violência entre jovens na intimidade e suas consequências para o desenvolvimento individual e coletivo das novas gerações, promovendo educação para e pelos Direitos Humanos, além de *lócus* de difusão de conhecimento e justiça social e não o contrário¹³.

2. METODOLOGIA: instrumentos e procedimentos empíricos

Para investigar o fenômeno da violência entre jovens, com olhares mais acurados no que se refere à intimidade, o ambiente escolar/acadêmico foi escolhido como privilegiado para captação de dados. A escola, reconhecida como importante *lócus* de convívio e formação de jovens é instituição de preparação/fomento para a convivência e sobre a importância de institucionalizar estratégias, práticas e educação – formal, informal e não formal - sobre temáticas graves que afligem a dinâmica social e dimensões dos Direitos Humanos¹³, destacando a violência na intimidade, consequências e gravidade tanto para o desenvolvimento individual e coletivo das novas gerações como visibilidade do fenômeno que tem crescido demasiadamente nos últimos tempos.

O campo de estudo é um recorte espacial onde a pesquisadora tem contato com os sujeitos pesquisados, tendo assim como resultado uma descoberta construída mediante premissas trazidas pelo investigador(a), tais como: pressupostos teóricos, entrevistas, observações etc.¹⁴. Destarte, Deslauriers & Kerisit¹⁵ afirmam ser o campo de estudo um espaço de múltiplas possibilidades, próprias do processo de construção do objeto de pesquisa. Em aproximações com uma metodologia qualitativa não se vai só a campo para encontrar respostas para seus questionamentos, mas também investir em registros e descobertas surpreendentes sobre o objeto de estudo. No sentido de aprofundar a temática da violência nas relações de intimidade de jovens, a presente investigação buscou articular a abordagem metodológica qualitativa e interdisciplinar, com vistas a melhor compreensão e aprofundamento sobre o fenômeno.

2.1. Municípios e Escolas

¹³ ESTEVÃO C. Educação para direitos humanos: uma proposta crítica. **Studia Historica. Historia Contemporânea**, 2018. Disponível em: <http://revistas.usal.es/index.php/0213-2087/article/view/20102>

¹⁴ MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde (13ª Ed). São Paulo, SP: Editora Hucitec, 2013.

¹⁵ DESLAURIERS, J.; KERISIT, M. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART. A pesquisa qualitativa, enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, p. 127-153, 2010.

Esse estudo foi desenvolvido tomando como terreno duas instituições escolares formais da rede pública de ensino, de porte médio, integradas ao ensino médio e faixa etária entre 14 e 24 anos, nos municípios de Salvador e Feira de Santana¹⁶. A primeira, capital do Estado, é importante município da região nordeste, com população estimada em três milhões de habitantes, destacando-se como polo nacional de turismo. Feira de Santana é a segunda maior cidade do Estado da Bahia, polo industrial, localizando-se apenas 100 km da capital, com população estimada em 600 mil habitantes. Feira de Santana encontra-se em trevo rodoviário de intercomunicação das regiões norte, nordeste e sudeste do país. Dados assinalam nesta cidade, alto índice de violência e com alto fluxo migratório das populações de municípios mais pobres desta região.

2.2. Estratégia metodológica qualitativa

Foram utilizadas questões do instrumento (PAJ), para operacionalizar a abordagem qualitativa (através de realização de entrevistas com questões subjetivas) entre jovens, de ambos os sexos, na faixa entre 16 a 24 anos, matriculados nas escolas públicas selecionadas para o estudo, nos dois municípios (Salvador e Feira de Santana). A abordagem qualitativa tem como “premissa epistêmica de que o conhecimento é produzido em uma interação dinâmica entre sujeito e objeto e há um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e (inter) subjetivo dos sujeitos”.¹⁷

A partir de multireferencialidade teórica, de procedimentos e uso de instrumentos diferenciados, coaduna-se com essa escolha, a permissão de revelar expressões e interações entre indivíduos e a diversidade e expressões, especialmente na população jovem, que utiliza diversas linguagens e expressões comunicativas. Apoiada, portanto, na Fenomenologia e Estudos Feministas e tomando como recorte o tempo presente, instituições e sujeitos integrados pelo campo da educação, com destaque às relações entre

¹⁶ As unidades escolares participantes no estudo empírico são: em Salvador, Colégio Estadual Clériston Andrade, com um total de 900 alunos e, em Feira de Santana, Colégio Estadual General Sampaio, com um total de 950 alunos, ambas classificadas como escolas de porte médio.

¹⁷ MINAYO, M.C.S.; GONÇALVES, S.; FERREIRA, S; RAMOS, E. Possibilidades e dificuldades nas relações entre ciências sociais e epidemiologia. Rio de Janeiro: Centro Latino Americano de Estudo a Violência e Saúde, 2003.

juventudes, sexualidades e violências. Por este motivo e abordagem, o uso de instrumento/abordagem qualitativa sendo integrado ao caminho metodológico e procedimental elegido para desenvolvimento, aprofundamento e compreensão dessa investigação e fenômeno.

Para realização da etapa de abordagem qualitativa, foram realizadas entrevistas com onze (n=11) jovens, tendo como base questões subjetivas, do instrumento (PAJ), relacionadas aos eventos violentos nas relações de intimidade e interações com amigos(as): a) Como foi a situação?; b) Fale sobre a outra pessoa envolvida; c) Fale sobre o que vocês fizeram; e, d) Quais os seus sentimentos no exato momento em que aconteceu?

A opção de utilizar entrevistas como instrumento tem como finalidade facilitar diversidades de expressões, especialmente com o público jovem, que utilizam as mais variadas formas de comunicação e linguagens específicas à faixa etária.

A abordagem qualitativa foi realizada através da técnica de Análise Temática de Conteúdo (ATC)¹⁸, como forma de organização e análise de dados, considerando que o foco do estudo foi qualificar as vivências de sujeitos jovens e percepções sobre eventos e fenômenos vinculados às relações abusivas na intimidade. Esta técnica metodológica é realizada em etapas, sendo a primeira a constituição de “*corpus documentae*”, com base na temática delineada previamente e respectivos pressupostos (teóricos, revisão de literatura e pré-teste).

A segunda etapa consiste na exploração do material ou codificação e tratamento dos resultados. Nesta etapa, identificamos as categorias (palavras e termos-chave), reveladas pela expressividade e repetição (narrativas de sujeitos entrevistados) e possíveis subcategorias. Em última instância, dando seguimento para o procedimento de análise e interpretação do conteúdo, com base nos achados identificados e extraídos na etapa anterior, categorias e subcategorias e discussão dos achados. Ademais, se relacionam em conjunto a base na literatura produzida sobre a temática. Justifica-se ainda a escolha da técnica de “Análise de Conteúdo” (AC) como potencialidade de permitir também o aprofundamento de dados, visto que a pesquisa qualitativa é capaz de

¹⁸ MINAYO, M.C.S. (2013). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde (13ª Ed). São Paulo, SP: Editora Hucitec.

incorporar significado e intencionalidade, como inerentes aos atos, relações e estruturas sociais¹⁹.

2.3. Instrumento e Operacionalização de coleta de dados

Para a coleta de dados da abordagem qualitativa, foram selecionados jovens de ambos os sexos na faixa etária de 16 a 24 anos selecionados aleatoriamente. Após a aceitação e assinatura do termo, a equipe realizou uma dinâmica de entrosamento, com propósito de aproximação entre jovens e equipe, considerando a importância dessa estratégia, para a realização das entrevistas, anuência e voluntariedade. Essas medidas permitem que as ações ganhem visibilidade nesse modelo de construção metodológica, buscando o significado da ação social e valorizando a ótica de sujeitos. A opção de trazer entrevistas como instrumento constitui um contexto facilitador de diversidades de expressões, especialmente com o público jovem, que utilizam das mais variadas formas de comunicação.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As Unidades de Sentido (US) foram estabelecidas a partir dos discursos de jovens entrevistadas/os, a saber: A) Sentimentos geradores do conflito/estado emocional; B) Monitoramento e poder; C) Embates/ divergência; D) Diversas modalidades de Violência (agressão).

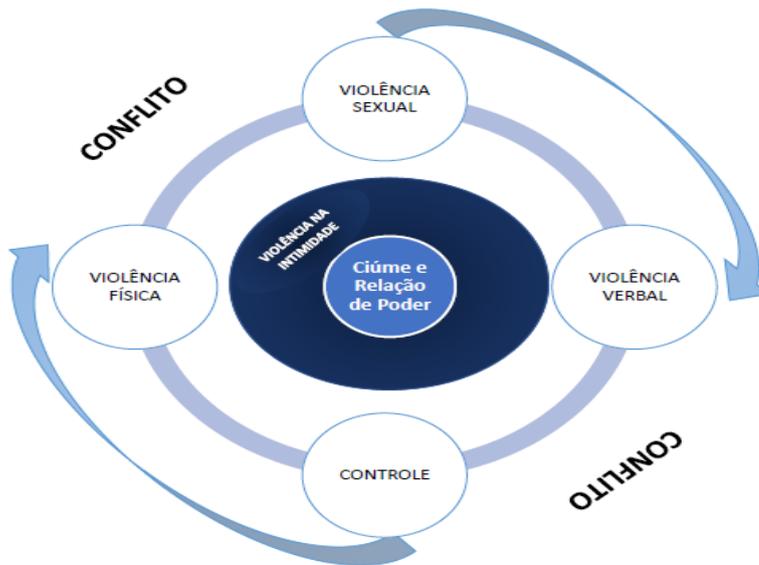
Durante as entrevistas, a partir das questões pautadas e dos depoimentos de participantes, foram estabelecidas as Unidades de Sentido sobre o tema, o qual integrava o conteúdo verbalizado/referenciado. Os temas, por sua vez, fazem referência às US e Núcleos de Sentidos demonstrados por jovens que participaram da pesquisa. Inicialmente, vale salientar que, do ponto de vista geral, para ambos os sexos, a faixa etária que compreende a juventude (16 a 24 anos) encontra-se em pleno processo de desenvolvimento psicossocial, onde estabelecer vínculos íntimos e amigáveis constitui prioridade, para o processo de integração social, em direção à maturidade pessoal, profissional e relacional.

¹⁹ BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

Na presente pesquisa, os achados da abordagem qualitativa (entrevistas) mostraram que as/os jovens que participaram do processo encontram-se em escala de elevada vulnerabilidade e risco, no que se refere aos atos violentos nas relações de intimidade, manifestados pelas múltiplas formas de violência (psicológica, física, sexual). No entanto, constatou-se a bidirecionalidade, no que se refere às violências verbais e controle, na condição de vítima ou agressor(a). Contudo, no que se refere à violência física e sexual verificou-se assimetria do sexo masculino sobre o feminino.

Com base no contexto sociocultural dos dois municípios, os resultados se distinguiram, havendo um dissenso e predominância de relatos das violências física e sexual, no Município de Salvador. A análise das entrevistas mostrou que a faixa etária entre 16 e 19 anos apresentou-se mais vulnerável, para as diversas modalidades de violência (física, sexual e psicológica - controle e violência verbal), tanto na posição de vítima, como agressor (bidirecionalidade – através de ação e reação), muito embora a faixa adulto-jovem (20 a 24 anos) tenha também explicitado diferentes formas de vitimização e perpetração, contudo, em menor proporção.

Em seguida à fase de definição das Unidades de Sentido, foi iniciado o processo de categorização e análise dos dados das entrevistas, sendo detectadas quatro (4) Categorias, quais sejam: Ciúme e Relações de Poder (Categoria 1); Controle (Categoria 2); Violência na Intimidade (Categoria 3), formada por três (3) Subcategorias: Violência Verbal (Subcategoria A); Violência Física (Subcategoria B); Violência Sexual (Subcategoria C); e Conflito (Categoria 4). Vale salientar que a categoria “Conflito” perpassa por todas as outras categorias supracitadas, conforme fluxograma abaixo:



A **Categoria 1**, formada de dois fatores “**Ciúme e Relações de Poder**”, analisei de maneira apartada, tendo em vista melhor compreensão, estudo e especificação dos resultados finais dessa pesquisa. No que se refere ao fator “**Ciúme**” (**Categoria 1**), verificou-se a bidirecionalidade, considerando ter sido manifestada por ambos os sexos. Nesse quesito, a categoria apareceu como fator precipitante e gerador para as diversas modalidades de violência, conforme explicitado nas falas:

*“como já disse, a nossa relação terminou por **conta de ciúmes**. Eu era bastante ciumento e ela também, principalmente com as amigas” (JM, 17 anos); “bem, ele **sentia ciúmes** de mim, desconfiava de mim, aí brigávamos, quer dizer, é que as vezes durante a briga, bato nele” (JF, 17 anos). (grifos nossos)*

Importante ressaltar que as/os jovens tinham o entendimento que o ciúme é um fator prejudicial ao relacionamento, uma vez que pode ser gerador e desencadeador de diversas manifestações de violência e formas de controle. Contudo, apesar dessa compreensão, consideravam o ciúme como atitude normal e como parte de um relacionamento íntimo. Ainda em seus depoimentos, as/os jovens associaram o ciúme como demonstração de amor/afetividade (gostar do outro) (a) ou como meio de provar/manifestar bons sentimentos, conforme narrativa: “**o ciúme estraga a relação**, pode provocar briga e, às vezes, até violência; mas, uma relação sem ciúme à pessoa não gosta da outra. **Quem não gosta não sente ciúme**” (JM, 16 anos). (grifos nossos).

Em nível nacional, estudo realizado com jovens de ensino médio por Nascimento & Cordeiro²⁰, o ciúme é considerado a principal causa de brigas nas relações íntimas entre jovens, sendo a possessividade (desejo de ter o parceiro(a) só para si e a dificuldade de partilhar o parceiro(a) com outras atividades e pessoas), um dos principais motivos de manifestação desse sentimento. Na presente pesquisa, as/os jovens consideraram o ciúme como etapa “normal” do relacionamento, ratificando achados desse e de outros estudos²¹. A crença de que o ciúme é demonstração de afeto foi bidirecional, onde afirmaram que, sem ciúme na relação íntima, não existe sentimento.

Pesquisa internacional realizada por Mendes & Hernández²² verificou que o fator ciúme está diretamente associado ao desejo de controlar, bem como à insegurança na relação e dependência emocional. Caridade e Machado²³ entendem que o ciúme desempenha “demonstração de amor”, porém, está por diversas vezes, associado a manifestações violentas, podendo ser entendido como uma maneira de intimidação, para meninas e como uma resposta a “provocações” femininas, para os meninos. Seguindo nessa categoria, constatou-se e confirma-se nessa pesquisa que este é um dos fatores geradores e antecessores das diversas formas de controle e agressão física cometida por ambos os sexos. Contudo, verifica-se que, sendo impulsionador, meninas tendem a controlar com maior frequência (redes sociais e aparelhos celulares) e, meninos, a agredir (mediante violência física).

Ainda na análise da **Categoria 1**, o segundo fator “**Relações de Poder**”, constatou-se disputa entre os parceiros, na relação de intimidade: *“bom, eu visto a roupa que eu quero, na hora que eu quero. Ele não tem o direito de interferir, apesar de ele sempre querer ter o poder sobre o que faço e visto.”* (JF, 18 anos); *“é que eu tinha muito ciúmes dela, mas, ela também tinha de mim e a gente*

²⁰ NASCIMENTO, F. S. N., & CORDEIRO, R. L. M. (2011). Violência no namoro para jovens moradores de Recife. Psicologia e Sociedade.

²¹ GOMES, C. B. Violência nas Escolas: Uma realidade a ser Transformada. Curitiba: Juruá, 2013. MACHADO, C.; MATOS, M.; MOREIRA, A. I. Violência nas relações amorosas: Comportamentos e atitudes na população universitária. *Psychologica*, v. 33, p. 69-83, 2003.

²² MÉNDEZ, R. G.; HERNÁNDEZ, J. D. S. Violencia em parejas jóvenes: análisis y prevención. Madrid: Pirâmide, 2001.

²³ CARIDADE, S.; MACHADO, C. Violência na intimidade juvenil: da vitimação à perpetração. *Análise psicológica*, Lisboa, v. 24, n. 4, p. 485-493, 2006.

ficava nessa disputa de querer controlar a vida do outro” (JM, 17 anos). Foi verificado também manifestação de ciúme associada às relações de poder:

“eu sou homem e sei quando o homem tem alguma maldade com a mulher então eu disse para ela: tem muitos amigos seus que são maldosos, já alguns amigos meus eu não ligava. Alguns amigos dela que eu via abraçando e beijando já via ali a maldade e não queria, não deixava...” (JM, 18 anos)

Observa-se a bidirecionalidade, na disputa pelo poder, através da vigilância e controle sobre a parceira e, ao mesmo tempo, questões de permissividade e igualdade de direitos, na relação íntima (“se eu posso, ela (e) também pode”), explicitando limites igualitários (ambos os sexos). Através do depoimento seguinte sinaliza-se uma delimitação de espaço e controle, mediante uma demarcação permissiva (escolha da amizade que a parceira deve ter). Importante ressaltar que, nos resultados dessa investigação, as relações de poder tinham como fator precipitante o ciúme e as diversas formas de monitoramento e controle.

A análise das “Relações de Poder” (Categoria 1) mostrou que, em alguns aspectos da disputa pelo poder, na relação, esse fator ocorre de forma bidirecional, em ambos os sexos, associado à diversas manifestações de ciúme e competitividade pelo poder – quem tem mais direitos. Verifica-se assimetria do masculino sobre o feminino, no que se refere a comportamentos padronizados nas relações, perpassando pelas formas de dominação associadas ao controle e machismo: **“eu sou homem e sei quando um homem está com maldade...”**, conforme fala supracitada (JM, 18 anos).

As relações de poder entre os sexos perpassam por formas de dominação masculina. Bourdieu²⁴ aponta que a dominação masculina se refere a uma lógica social androcêntrica que se perpetua nas coisas e em “*corpus*”, por meio de ações do cotidiano e, de maneira sutil, através dessas ações se fixa em comportamentos, dominação do masculino sobre o feminino. A hipótese trazida por Matos²⁵, afirma serem as relações de poder, a própria dominação masculina que, como consequência, propicia a violência, fruto das relações assimétricas de gênero, denominado por este autor como violência simbólica. A relação de poder é uma expressão de violência de gênero se caracterizando por atos de abuso de

²⁴ BOURDIEU, P. A dominação masculina. Oeiras: Celta Editora, 2011.

²⁵ MATOS, M. et al. Prevenção da violência nas relações de namoro: intervenção com jovens em contexto escolar. Psicologia: Teoria e Prática, São Paulo, v. 8, n.1, p. 55-75, 2006.

poder de uma pessoa contra a outra, perpassando por relações assimétricas e desiguais, manifestadas através de normas de gênero, estabelecendo modelos de masculino e feminino²⁶.

Na Categoria 1, que apresenta dois fatores “Ciúme e Relações de Poder” foram constatadas as seguintes Unidades de Sentido (US), quais sejam: “Fatores geradores de sentimentos e suas consequências”; “Pressão/Cobrança”; “Sentimentos manifestados”; “dominação e limites”. Uma discussão importante a ser enfatizada referente ao enfrentamento da violência nas relações de intimidade entre jovens é a conexão do jovem com a escola. Não obstante, o papel da escola no enfrentamento a violência na intimidade entre jovens é crucial, devendo ser um meio educativo para alertar a população juvenil acerca das diversas formas de violência nas suas relações íntimas.

Torna-se indispensável compreender que a educação é uma modalidade de construção coletiva, contínua e permanente e a escola é um espaço favorecido para essa estruturação, tendo em vista ser um ambiente que se desenvolve pensamentos, hábitos, valores, conhecimentos, conscientização e reflexões. A família e a escola são redes fundamentais de articulação desse processo de formação da identidade, de proteção, de socialização do jovem.

Na Categoria 2, denominada “**Controle**”, esteve presente em grande parte das entrevistas, revelando fator basilar em relacionamentos íntimos, onde as narrativas explicitaram grande invasão/perda da privacidade e liberdade, controle de redes de amigos e saídas. Tal violência também apresentou bidirecionalidade, praticada por ambos os sexos, categoria presente em muitos depoimentos:

“Traição eu nunca percebi, mas, sou desconfiado. Penso toda hora e pergunto toda hora: Está me traindo, é? Se tiver, fale! Fico olhando a blusa e mochila para ver se tem alguma coisa, mas não é que eu seja obsessivo ou autoritário” (JM, 17 anos); “Sou ciumenta e ele também. Queria sair para a balada e ele não deixava de jeito nenhum. Me sentia presa” (JF, 17 anos); “Ela queria que me afastasse dos meus amigos e isso é um problema. Começava a me controlar.” (JM, 19 anos).

Analisando os discursos supracitados, constatou-se alta vigilância e monitoramento bidirecional, onde as/os jovens relataram estabelecer

²⁶ BUTLER, J. P. Problemas de gênero: Feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

delimitações a serem seguidas na relação íntima, de acordo com as percepções de “certo ou errado” de cada um deles(as). Pode-se denominar de “manual de conduta”, onde são fixadas regras, proibições e permissões direcionadas sem alteridade.

O “Controle” como categoria foi assinalado com alta frequência, especialmente, direcionado através e a partir de intermediação de meios digitais e tecnológicos, tais como mídias e redes sociais, o que constata a importante influência de aparatos externos no relacionamento interpessoal de jovens e como um fator precipitante de conflitos e manifestações de atos violentos, nas suas relações íntimas ou amigáveis, conforme verifica-se nas passagens a seguir:

*“Quando **pego o celular dele** e acho alguma coisa suspeita, me estresso. Brigo, empurro, bato; mas, ele fica só tirando onda” (JF, 17 anos); “Sabe quando você tem amigáveis e aí ele fica **possessivo e prende meu celular**”; “bem, não podia **nem falar com nenhum amigo** que ele me xingava, começava a **vasculhar todo o meu celular e facebook**” (JF, 16 anos). (grifos nossos)*

Strauss e Sweet²⁷ em seus estudos sobre violência entre parceiros íntimos definem as diversas modalidades de controle, nos relacionamentos íntimos de jovens, classificando-os como formas de abuso/violência psicológica. Apesar de não ter sido foco primário e imediato dos resultados dessa pesquisa, vale salientar outros meios de manifestação da violência, tendo como suporte redes sociais ou meios midiáticos, mediante exposição e compartilhamento de imagens denominadas “nudes”²⁸.

Compondo análise interpretativa com base na literatura especializada e na pesquisa de campo realizada para a realidade regional, deduz-se que, na categoria “Controle”, um dos elementos centrais e que pode ser explicitado como determinante dos relacionamentos íntimos, é o monitoramento constante entre as/os jovens pares, na intimidade, utilizando diferentes e variadas estratégias de coerção: através de redes sociais, buscando conhecer pessoas com quem a/o parceira/o se comunica, como uma forma de delimitar a

²⁷ STRAUSS, M. A., & SWEET, S. Verbal/symbolic aggression in couples: Incidence rates and relation ships to personal characteristics. *Journal of Marriage and the Family*, 54, p. 346-357, 1992.

²⁸ CAVALCANTI, V. R. S.; MENEZES, M.R.C. Mulher Jovem e Cibercultura: Liberdade, Subordinação e Reminiscências Patriarcais no meio Virtual. *Ex aequo*, Lisboa, n. 35, p. 33-47, 2017.

comunicação, estabelecendo regras e o limite do relacionamento. “*Ele não gostava que eu usasse roupa curta, não deixava sair com roupa curta, ficava controlando*” (JF, 18 anos). Esses achados apresentam similaridade com estudo português²⁹ onde foi observado que meninas são as principais vítimas de controle.

Importante enfatizar, com base nos achados das entrevistas, que as/os jovens, em diferentes circunstâncias, não tinham expressa consciência (expressão de fala) de estarem inseridas/os em relações íntimas abusivas, confundiam atitudes violentas com “*demonstrações de amor ou por fazer parte do relacionamento*”. O “ciúme e o controle” foram anunciados como fatores precipitantes da agressão e como forma de justificar a violência perpetrada (murros, empurrões, tapas, chutes e as mais variadas modalidades de lesões corporais). Foi constatado comprometimento emocional de algumas jovens que relataram contexto doméstico-familiar violento - violência interparental bem como dependência emocional de parceira/o íntima/o, demonstrado pela noção de suporte financeiro e promessas de mudanças de conduta e de comportamento. Isso pode ser exemplificado na seguinte narrativa frequente: “*não vou mais te bater, foi à última vez*”. Esse relato foi citado como “justificativa” por algumas jovens entrevistadas, para afirmar o motivo de continuar com o parceiro, mesmo sofrendo agressão.

A Categoria “Controle” foi identificada através de diferentes Unidades de Sentido (US), conforme apresentado: “Supervisão através de rede social”; “Vigilância da rede de amizades”; “monitoramento de saídas e vestimentas”.

A “**Violência na Intimidade**” foi identificada como **Categoria 3** e formada por três (3) Subcategorias: **Violência Verbal (Subcategoria A)**; **Violência Física (Subcategoria B)**; **Violência Sexual (Subcategoria C)**. A subcategoria “**Violência Verbal**” foi explicitada por múltiplas manifestações, como: xingamentos, desqualificações, humilhações, intimidações, entre outras. Constata-se a banalização e a naturalização dessa modalidade, bem como ausência de entendimento pelos jovens sobre atitudes e comportamentos enquadrados como violentos: “*A gente estava conversando e ele começou a me xingar, eu também xingava ele mas era só isso*” (JF, 16 anos); “*A gente não tinha*

²⁹ PAIVA, C.; FIGUEREDO, B. Abuso no relacionamento íntimo: Estudo de prevalência em jovens adultos portugueses. *Psychologica*, v. 36, p. 75-107, 2004.

brigas sérias não, só às vezes que eu me estressava e rolava alguns xingamentos, mas não era nada além disso ...” (JM, 17 anos). Foi observado que, em algumas situações, a violência verbal acontecia associada à posterior agressão física e lesão corporal: *“eu sou calmo, ela que vinha para cima de mim me ofendendo com palavrões e tapas...”* (JM, 16 anos); *“eu ofendia ela, a gente discutia muito, ela me estressava, às vezes acontecia de rolar um empurrão, mas era só no momento de raiva que acontecia isso”* (JM, 18 anos).

Seguindo essa abordagem e confirmando em outros contextos, estudo internacional realizado em Portugal, na UMAR³⁰, com 893 jovens constatou que insultos, ofensas e diversas formas de controle e humilhação são constantes nos relacionamentos íntimos de jovens, onde 16% do total confirmou já ter vivenciado situações de agressão verbal, pelo menos uma vez, sendo 11% perpetrado por jovens de sexo feminino e 21,5% pelo sexo masculino. Os resultados da presente pesquisa contrapõem os achados desse estudo, considerando que houve alta frequência de bidirecionalidade, quanto à violência verbal, onde meninos e meninas explicitaram sofrer e perpetrar este tipo de violência, por motivações diversas, sendo o ciúme e o controle os fatores desencadeantes mais expressivos.

Seguindo esta linha de raciocínio, no que se refere à modalidade de violência verbal, os resultados dessa pesquisa verificaram que esta manifestação violenta pode estar associada com outras, referenciadas como violências sobrepostas³¹ ou coocorrências - polivitimização, conforme constata-se no depoimento: *“a gente estava discutindo, eram ofensas para lá e para cá e eu me estressei e empurrei ela, dei um murro e um chute, foi um momento de raiva...”* (JM, 17 anos). Destarte, a alta carga de agressividade nos relacionamentos e a perpetração das diversas formas de violência em um único evento (coocorrências ou polivitimização) são recorrentes e tem fatores

³⁰ UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta. OMA – Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR. Lisboa: 2014. Disponível em: <http://umarfeminismos.org/images/stories/oma/2014/OMA_2014_Relat%C3%B3rio_A_nual.pdf>.

³¹ CAVALCANTI, V. R. S. Violências sobrepostas: contextos, tendências e abordagens num cenário de mudanças. In: DIAS, I. (Org.). Violência doméstica e de gênero. Lisboa: Pactor, 2018, p. 1-27.

precipitantes das discussões (ciúme, auto depreciação, controle) e resultam em agressão física.

Dando seguimento, a análise da **subcategoria B, “Violência Física”**, o discurso dos jovens identificou a bidirecionalidade e consequente banalização da violência em diversos aspectos por ambos os sexos, contudo, entretanto, observou-se que meninos agredem mais que meninas, no que se refere à violência física. Em grande parte dos depoimentos, constatou-se uma naturalização da atitude violenta bem como alta intensidade de agressividade, por parte dos meninos, vejamos: *“Meu parceiro ele me batia muito com aquela corda para cavalo, sabe? Eu corria para a casa da vizinha que era muro com muro da minha casa, mas, depois acabava voltando para ele porque gostava...”* (JF, 18 anos). Em muitos relatos, grande parcela de jovens justificou a agressão (tanto verbal, quanto física) movidos pelo ciúme, imaginando *“estar sendo traído”* ou em resposta ao ciúme da parceira: *“ela me controlava muito, mexia no meu celular, não queria que falasse com meninas. Começava a briga e eu explodia e acabava dando um murro nela ou empurrão ..., mas depois ficava tudo bem”* (JM, 17 anos).

Já no tocante à **“Violência na Intimidade”, Subcategoria C, “Violência Sexual\VS”**, cabe destacar que foram considerados dois tipos de manifestações: **VS sem penetração\VSsp** (abraçou, acariciou, apalpou sem consentimento; tentou manter relação sexual sem consentimento: utilizou argumentos ou pressão, usou força física, bebida ou droga) e **VS com penetração\VScp** (utilizou argumento ou pressão, usou força física, bebida ou droga). Os depoimentos das/os jovens apontaram uma assimetria do masculino sobre o feminino. Ou seja, as meninas sendo vítimas e os meninos agressores da violência sexual\VS, destacando-se as manifestações de VSsp, em relação à VScp. Nessa modalidade de violência foram identificadas meninas expostas, em escala de extremo risco e vulnerabilidade, sendo que, no Município de Salvador, número de casos desta violência relatados pelos jovens prevaleceram, em relação aos achados de Feira de Santana. Verificou-se *“naturalização”* e banalização da prática pelo sexo masculino.

Nessa pesquisa, os sentimentos manifestados pelas vítimas de VS foram diversos, destacando-se a tristeza, raiva, baixa auto-estima, sentimento de fraqueza, conforme verifica-se na fala: *“fiquei muito triste, me sentia fraca, com*

raiva até porque eu achava que ele tinha que ter respeitado o meu momento” (JF, 17 anos). Salienta-se que foi observado o uso de bebidas alcoólicas pelo agressor, antes e durante a prática do ato violento, vejamos: *“Acho que ele pode ter feito isso porque tinha bebido. Mas em outros momentos ele já tinha tentado isso mesmo dizendo que não queria, só que ele não fez porque eu dizia que ia gritar a minha mãe se ele continuasse, era lá em casa. Mas dessa última vez que ocorreu isso eu estava sozinha com ele na casa de uma amiga, aí não teve jeito...”* (JF, 17 anos). (grifos nossos).

Foi explicitado que, apesar do agressor ter feito uso de bebida alcoólica, no momento do ato de violência, ele já tinha tentando essa mesma prática sexual, de maneira forçada e não consentida em outros momentos. Tal atitude sugere que o comportamento do jovem pode ou não ter sido relacionado com uso de bebidas, considerando as tentativas de violação anteriores sem essa prática, visto que o uso de bebidas apenas pode potencializar intenções e comportamentos anteriormente premeditados. Os achados desta pesquisa estão em acordo com estudos, com a temática da VS nas relações de intimidade de jovens, em nível nacional e internacional³².

A análise das entrevistas mostrou que a categoria “Conflito” aparece mediante as divergências de ideias entre as/os parceiros e decorrente das diversas manifestações de “Ciúme e de Controle” nas relações. *“Nós dois sempre ficávamos querendo exigir do outro e então, vinham os conflitos, eu queria ter uma atenção maior e não era correspondido”* (JM, 19 anos); *“bem, ele sentia ciúmes de mim, desconfiava de mim o tempo todo então, surgiam os conflitos”* (JF, 17 anos). (grifos meus).

O “Controle” apareceu com muita frequência como fator precipitante para as diversas modalidades de conflito, conforme discursos: *“a gente batia muito de frente porque ela não queria que eu andasse com determinados meninos, ficava falando dos meus amigos”* (JM, 18 anos); *“ele não gostava de sair e quando eu queria sair ele achava ruim, não deixava, ficava me controlando.”* (JF, 16 anos); *“ele era muito mandão. Eu queria sair e ele não*

³² NEVES. S; GOMES. S, Matar ou Morrer – Narrativas de mulheres, vítimas de violência de gênero, condenadas pelo homicídio dos seus companheiros. Configurações, v. 21, n.1, p. 80-95, 2017.

SAFFIOTI, H.I.B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

gostava, queria vestir uma roupa e ele não deixava, ficava falando.” (JF, 18 anos).

Estudo realizado por Machado, Matos & Moreira³³, em contexto universitário de Portugal, concluiu que percentagem significativa estudantil tinha condutas violentas dentro das relações íntimas e viviam e constante conflito: 15,5% referiu ter sido vítima de, pelo menos um ato abusivo e 21,7% admitiram já ter praticado violência. Resultados dessa investigação também corroboram com tais assertivas, onde as manifestações da violência em um mesmo evento são frequentes e os “Conflitos” da relação, sejam manifestados por ciúme, controle ou outras formas, funcionam como fatores precipitantes das violências (verbal, física, sexual), na intimidade. As consequências podem variar e intensificar a gravidade, de acordo com outros fatores precipitantes, como uso de bebidas, estado psicológico de parceiros, entre outros agravos que podem comprometer a saúde mental, física e até desfechos fatais. A alta frequência de atos violentos independente da modalidade de violência, pode ocorrer através de mais de uma manifestação, no mesmo evento, apontando para chamadas violências sobrepostas. Esses resultados apontam a alta vulnerabilidade de jovens para estabelecer relacionamentos pacíficos e saudáveis.

4. ACESSO JURÍDICO DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DE DIREITOS

No campo das Ciências Sociais e Humanas, o estudo da violência nas relações de intimidade, foi iniciado em meados do século XX, período que passou a ter grande destaque mundial tendo em vista a gravidade do fenômeno. Assim, começaram a surgir em âmbito internacional, programas educativos com o intuito de alertar e dar oportunidade ao jovem denunciar qualquer caso de violência nas suas relações de intimidade (violência física, sexual, psicológica). Como exemplo, destaca-se a Associação Portuguesa de apoio de vítima (APAV), organização sem qualquer fim lucrativo que tem como objetivo principal promover e prestar informação a vítima de violência. Um grande avanço informativo para jovens e facilitador por oferecer meios de apoio ao jovem vítima de violência.

³³ MACHADO, C.; MATOS, M.; MOREIRA, A. I. Violência nas relações amorosas: Comportamentos e atitudes na população universitária. *Psychologica*, v. 33, p. 69-83, 2003.

Ainda em âmbito internacional temos a União de Mulheres de Alternativas e Respostas (UMAR) como organização que objetiva a luta e o enfrentamento pelos direitos de meninas e mulheres, na defesa e promoção de direitos e igualdade de gênero. Uma das áreas prioritárias vincula-se à prevenção primária acerca da intervenção e prevenção da violência em fase juvenil. Destaca-se um estudo realizado pela UMAR³⁴, abordando as diversas modalidades de violência na juventude (psicológica, midiática, sexual, perseguição, controle, e física), constatou que experiências violentas são habituais: com a vitimação entre 6% (violência física e sexual) e 19% (violência psicológica) e na legitimação entre 6% (violência física) a 28% (comportamentos de controle). Verificou-se que grande parte dos depoimentos não são considerados como violentos, existe um processo de “normalização” pelos jovens, alcançando um índice de 24% no que se refere à violência sexual, 28% no que se refere à categoria controle e 24% nas redes sociais.

Tal caracterização coaduna com a intensificação das relações e das identidades na faixa etária analisada. Afinal, as relações íntimas entre jovens têm sido compreendidas como fundamentais para interação social, bem como para as escolhas futuras na fase adulta³⁵.

O significado do amor pode ter diversos entendimentos, variando de acordo com o período histórico, o tempo e a singularidade do contexto cultural a ele inserido. Muito além de ser entendido como apenas um conceito multidimensional, o amor é produto social, cultural e discursivo. Contudo, nem sempre se estabelece através de um caráter saudável e adaptativo; muitas vezes, pode ser confundido com atos e práticas violentas.

Bourdieu³⁶, ao escrever sobre a dominação masculina, destaca que, por vezes, o amor pode ser ao mesmo tempo um fator paradoxal: de risco e de protetor, para o controle e poder, gerando conseqüentemente, a violência.

Nesse sentido, a violência nas relações de intimidade apresenta matizada pelas relações de gênero, partindo de uma construção social de poder,

³⁴ UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta. OMA – Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR. Lisboa: 2014.

³⁵ NEVES. S; GOMES. S, Matar ou Morrer – Narrativas de mulheres, vítimas de violência de gênero, condenadas pelo homicídio dos seus companheiros. Configurações, v. 21, n.1, p. 80-95, 2017.

SAFFIOTI, H.I.B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

³⁶ BOURDIEU, P. A dominação masculina. Oeiras: Celta Editora, 2011.

assimetrias e sendo descrita como todo ato de violência baseado no gênero ao qual resultou ou possa resultar um dano ou sofrimento físico, sexual ou/psicológico para mulheres, incluindo as ameaças de tais atos, coação, ou privação arbitrária da liberdade, quer na vida pública ou privada. A violência de gênero é instituída em contextos e espaços relacionais e interpessoais inseridos em períodos históricos diversos. Essas ações violentas nas relações de intimidade referem-se às diversas modalidades de agressão, conhecidas na atualidade, como a forma mais contínua de violência de gênero.³⁷

O conceito violência de gênero e sua ampla complexidade, indica que “existem diversas formas de violência que são exercidas sob meninas/mulheres além da agressão física (a violência emocional, invisível, simbólica, controle, econômica e na sua forma mais grave o feminicídio)”, sendo definida conforme conceito da Organização das Nações Unidas (ONU, 1993) que corresponde a “todo o ato de violência que tenha ou possa ter como resultado um dano ou sofrimento físico, sexual e psicológico para a mulher, inclusive as ameaças de tais atos, a coação ou a privação arbitrária da liberdade, tanto produzidas na vida pública como no espaço privado”.

É bem verdade que a história da sociedade ocidental é estabelecida por inquietudes femininas diante das opressões demarcadas pela sociedade patriarcal. Sendo assim, começam a se potencializar os movimentos feministas como resposta a essas opressões, promovendo ações de enfrentamento a esses modelos culturais estabelecidos. Esses movimentos são marcados por lutas e ações coletivas com o objetivo central da desconstrução do patriarcado e igualdade de gênero

Em âmbito nacional, a persistência feminista contra todo o tipo de violência sofrida pelas mulheres gerou diversas transformações nos processos legislativos, institucionais e jurídicos. Tiveram como marco inicial a época da ditadura militar – com destaque ao ano de 1975 com a participação na ONU e demarcação de planos e ações especializadas - onde começaram a surgir denúncias de violência doméstica cometida contra a mulher. A partir daí, esse movimento foi reforçado em diversos momentos com os mais variados recursos

³⁷ BANDEIRA, L.; ALMEIDA, T. M. C. Desafios das políticas e ações em saúde diante da violência contra as mulheres. SER Social, Brasília, v. 10, n. 22, p. 183-212, 2008.

de luta, tendo algumas respostas do Estado brasileiro (criação da delegacia especializada de atendimento à mulher – DEAM e criação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais – JECRIM), o que posteriormente, gerou alguns conflitos acerca da aplicação da Lei 9.099/95, gerando em alguns casos decisões equivocadas no que se refere à seriedade do fator social, acarretando na intensificação e reforço do movimento feminista através de sua militância.

A implementação de políticas públicas para combater e amenizar o fenômeno da violência foi e é vital. No caso brasileiro, somente ganham maior destaque a partir da pressão exercida pelos movimentos feministas. Foi a partir desse período que ocorreram algumas mudanças significativas nos diversos âmbitos. Uma das importantes medidas adotadas foi a criação de um serviço de denúncia e amparo para mulheres vítimas de violência abrangendo as diversas categorias como raça, classes, orientações sexuais e gerações ampliando e dando acesso as diversas camadas sociais³⁸.

As Delegacias Especiais de atendimento à Mulher (DEAMs) foram resultado das batalhas trazidas pelo movimento feminista diante da situação violenta que vivenciavam, como uma solução do Estado a atenuar e solucionar as mais variadas desigualdades e violações dos Direitos Humanos. É um espaço de inclusão de grupos de mulheres na busca da diminuição das diferenças na busca pela justiça social estando atrelados a direitos específicos. Para as diversas formas de preconceitos e discriminações é necessária a implementação de políticas públicas positivas no combate à desigualdade, em especial a de gênero que ainda insiste em permanecer nos diversos contextos e sociedades.

Entretanto, importante enfatizar que não é o bastante somente a implementação de políticas públicas que resguardem e protejam meninas e mulheres de maneira colateral, não existir meios de educação de forma a esclarecer e informar para quem for o prestador do serviço. As DEAMs são meios suficientes de garantia dos mais variados Direitos Humanos, mas só elas não são capazes de garantir soluções para os pleitos, especialmente pelo desenho da rede de proteção para o caso brasileiro.

Diante da persistência e luta mediante os Direitos Humanos, na busca de solucionar e combater a violência contra a mulher, considerada como grave

³⁸ VELÁZQUEZ, S. *Violências Cotidianas, Violência de Gênero: escutar, compreender, ajudar*. Buenos Aires: Paidós, 2006.

problema social, surgiu a Secretaria Especial de Política para mulheres com objetivo de minimizar/reagir a todas as formas de violência contra a mulher. Posteriormente, foi sancionada a Lei nº11.340, conhecida como Lei Maria da Penha que, sem dúvida, representou e representa até hoje um marco e grande avanço no combate a qualquer modalidade de violência contra a mulher, observando a seriedade, complexidade e urgência dos conflitos e agressões que vivenciavam e vivenciam diversas meninas e mulheres até os dias atuais³⁹.

A entrada em vigor da Lei Maria da Penha figurou como uma conquista, diante da luta dos direitos das mulheres e a visibilidade do fenômeno da violência contra as mulheres como um fator social e de políticas públicas. Foi também um significativo marco para a abordagem jurídica das diversas modalidades de violência baseada no gênero, estabelecendo novos modelos de combate e enfrentamento desse fenômeno em âmbito nacional.

Dando seguimento, foi no Tribunal de Crimes contra as Mulheres mediante a Conferência Mundial de Direitos Humanos que foi introduzido o direito à vida sem qualquer tipo de violência precedido da Declaração de extinção da Violência contra a mulher, definida pela ONU no mesmo ano. Fatos como esse tiveram grande relevância para a promulgação da Convenção de Belém do Pará que denominava a violência como sendo “qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado⁴⁰”

A Lei 11.340 foi inspirada na Convenção de Belém do Pará (1994) que auxiliou no processo de identificação da violência contra a mulher ampliando o conceito e identificando diversas violências sobrepostas praticadas contra meninas e mulheres. Naquela época, um dos principais objetivos do movimento era dar visibilidade à violência contra as mulheres e combatê-la mediante intervenções sociais, psicológicas e jurídicas como penalização aos casos

³⁹ TAVARES, M. S. Roda de Conversa entre Mulheres: Denúncias Sobre a Lei Maria da Penha e Descrença na Justiça. *Estudos Feministas*, 2015. v. 23, n. 2, p. 547–559

SARDENBERG, C. M. B. Classe, gênero e raça: lidando com diferenças e combatendo desigualdades. In: WATANABE, C. C., M. V. e ALMEIDA, R. de (Orgs.). *Identidades culturais*. Recife: Bagaço: Escola de Formação Sindical da CUT do Nordeste, 2000.

⁴⁰ BANDEIRA, L.; ALMEIDA, T. M. C. Desafios das políticas e ações em saúde diante da violência contra as mulheres. *SER Social*, Brasília, v. 10, n. 22, p. 183-212, 2008.

brasileiros que estavam na Corte Interamericana e pelo descumprimento do Brasil, mesmo sendo signatário.

Tratar sobre proteção integral e medidas protetivas da violência na intimidade em fase juvenil aponta caráter complexo uma vez que envolvem diversos fatores a serem analisados. Porém, temos algumas legislações e medidas protetivas que asseguram os direitos da mulher vítima de violência, bem como os direitos da jovem adolescente. Inicialmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁴¹, representou uma síntese da discussão nacional em torno das políticas públicas de proteção tanto para a infância quanto para a população jovem. Apesar da importância desse estatuto, sua relevância e inovações, ainda são insuficientes para garantir de forma efetiva a totalidade da responsabilização de agressões.

O Estatuto da criança e do adolescente (ECA) foi um importante marco legislativo de garantia dos direitos e deveres do jovem contra toda modalidade de maus tratos e violência, servindo como respaldo legislativo. Celso Lafer incorpora essa concepção e afirma que a cidadania é "concebida com o 'direito a ter direitos', pois sem ela não se trabalha a igualdade que requer o acesso ao espaço público, pois os direitos - todos os direitos - não são *dados*, mas *construídos* no âmbito de uma comunidade política."⁴².

Além da Lei 11.340/06 e a Convenção de Belém do Pará (1994) ambas resguardando direitos e fomentando prevenção e enfrentamento a qualquer modalidade de violência, a questão consiste na aprovação de uma legislação ou medida específica que combata de forma efetiva e previna a violência nas relações de intimidade entre jovens como nova categoria jurídica.

Entre os países com menor índice de violência contra a mulher, Portugal se encontra classificado entre os 10 países que possuem menor prevalência desse fenômeno, porém, os índices ainda são altos revelando que pelo menos uma a cada quatro portuguesas já sofreram algum tipo de agressão nas suas relações de intimidade⁴³. Um total de 87% dessas mulheres vítimas de violência

⁴¹O ECA, fundado pela Lei 8.069 no dia 13 de julho de 1990, é um conjunto de normas do ordenamento jurídico que visa à proteção integral da criança e do adolescente, sendo considerado como um marco legal dos Direitos Humanos.

⁴²LAFER, C. A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt. São Paulo: Estudos avançados, v.11, n.30, p.55-65, 1997.

⁴³ DIAS, I. Violência doméstica e justiça. Sociologia: Porto, v. 20, 2010, p. 245-262.

mantinha ou mantiveram de algum modo, relações de intimidade com os agressores, consoante dados revelados do Observatório de mulheres assassinadas⁴⁴.

Para esse fenômeno, importante ressaltar que o Código penal português já estabelece sendo crime de violência na intimidade, o que se enquadra na violência doméstica, em seu artigo 152º, número 1, alínea b)⁴⁵. Nesse sentido, verificando a alta incidência e o crescente aumento de casos das diversas formas de violência contra meninas e mulheres é necessário publicitar, divulgar amplamente, criar estratégias de prevenção e intervenção acerca desse fenômeno no sentido de educar e alertar a sociedade para um fator social que vem se agravando a cada dia.

Importante ressaltar que não se trata de adotar uma perspectiva ou um olhar vitimizador em relação à mulher, mas destacar que a expressiva concentração da violência de gênero nas relações de intimidade sobre os corpos femininos e, que as relações violentas existem porque as relações desiguais de poder permeiam a vida rotineira das pessoas. É necessário desconstruir estereótipos trazidos pelo sistema patriarcal que insiste em não promover a ideia de igualdade e justiça social. Torna-se cada vez mais urgente uma abordagem educativa sobre a violência de gênero nas relações de intimidade no sentido de revelar a gravidade do fenômeno, reforçando lutas e pautas feministas promovendo políticas públicas efetivas de enfrentamento a este fenômeno.

Ainda sim, voltando a análise para o contexto educacional escolar, vale ressaltar a importância da Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) que representou uma transição significativa para a educação brasileira no sentido de dar margens aos docentes a uma estruturação de ensino dentro das Ciências humanas e sociais aplicadas, visando levar os(as) alunos(as) a compreensão do seu próprio papel e sua importância dentro da sociedade.

Nesse sentido constata-se a importância do papel pedagógico do educador para abordar temas delicados e urgentes da juventude que afligem e

⁴⁴ UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta. OMA – Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR. Lisboa: 2014.

⁴⁵ “Quem, de modo reiterado ou não, 7 infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais a pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro/intimidade ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação”.

trazem serias consequências de curto e longo prazo aos jovens podendo assim, trabalhar e visar uma educação na perspectiva dos Direitos Humanos, conscientizando e prevenindo acerca de temáticas que emergentes na juventude que, tem se demonstrado cada vez mais presente, e se não prevenidas ou evitadas, acarretam em sérias consequências em muitas vezes, irreversíveis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em contextos sociais e familiares contemporâneos o que se nota é a presença constante de elementos de socialização e construção de relações e identidades individuais. Entretanto, com tantos avanços do ponto de vista legal-institucional, as tensões e os conflitos, bem como o uso de expressões de todos os tipos de violência também perfazem o mapeamento das vivências e das experiências entre e com jovens na atualidade. Seja em ambiente doméstico-familiar e nas unidades escolares há marcadores de violências sobrepostas, micro-violências e tipificadas, consubstanciando elevada frequência de eventos abusivos-violentos na intimidade de jovens.

Não obstante a produção internacional e nacional já confirmarem – em distintos contextos – certa “naturalização”, controle e monitoramento, as/os jovens expressaram também nessa investigação formas abusivas de se relacionar, onde a violência psicológica, manifestada pelas atitudes verbais e controle (conforme quadros e narrativas captadas no grupo entrevistado), foram citadas pela maioria do universo entrevistado. Isso aponta para a relevância de um fator inédito até então identificado pela produção acadêmica referenciada nesse trabalho: a bidirecionalidade (perpetrada por ambos os sexos- no que se refere à modalidade de violência verbal e controle) foi expressiva e garante um olhar atento, mas especialmente uma recomendação central: **educar para e pelos Direitos Humanos, deixando as miopias e os “pontos cegos” como respaldo para outras investigações e análises de intervenção/prevenção.** Ademais, um ponto que deve ser observado que se revelou bastante evidente as relações íntimas de jovens são as relações de poder, onde verificou-se aspectos de disputa de ambos os gêneros dentro da relação. Contudo, constatou-se uma assimetria do masculino sobre o feminino mediante

características de dominação e machismo, associada ao controle nas suas diversas manifestações.

Verificou-se a urgência de se estabelecer medidas de prevenção e intervenção, através do acesso a justiça, cidadania e educação. Especialmente no que se refere ao ambiente escolar (que deveria ser de promover ensino de qualidade a afetividade, além de respeito nas relações entre sujeitos), como microcosmo social e relacional deveria valorizar um desempenho sobre exercício da razão crítica e vinculantes do que se chama “cultura juvenil”.

A literatura nacional e internacional apresentada revela avanços e constituição de marcos legais e institucionais no que se refere às juventudes. Entretanto, recomendação a que chegamos com essa investigação, ressalta ainda que as/os **jovens não estão sendo escutadas/os ativa, ampliada e com delimitações interseccionais** (em suas experiências e representações relacionais, identitárias e sociais). Por isso, demonstram não possuir a compreensão de ser a violência um fator gradativo/processual – começando com micro- violências, agressões leves e, aos poucos, tomando proporções ampliadas e mais severas. Esse processo também acaba por gerar consequências, sequelas, comprometimentos psíquicos e afetivos e resultados, muitas vezes, devastadores (como é caso de estupros e feminicídios).

O “**naturalizar**” os tipos de violência em contexto social e familiar, observado no cotidiano e nas experiências compartilhadas pelas/os jovens, foi um dos dados de grande relevância para essa pesquisa. Isto porque há que se vislumbrar uma análise crítica, constatando a necessidade e a urgência de se realizar, dentro das escolas, debates, agendas, projetos – espaços de falas e educação (formal e não formal) - acerca do fenômeno da violência nas relações entre jovens e, assim, trazer à tona aspectos relacionais vivenciados, mas contemplando aspectos graves e frequentes quanto às violências individuais, relacionais e sobrepostas, conforme analisado ao longo de todo o texto.

No plano escolar, é necessário um foco no sentido de criar espaços de reflexões e/ou unidades de orientação escolar com suporte a vítima de violência que, muitas vezes não sabe a quem recorrer. A prevenção através da escola pode abraçar outras pessoas também (professoras/es, funcionárias/os, mães/pais), agindo de forma conjunta, educando e alertando sobre esse fator e as graves sequelas e consequências que podem acarretar à/ao jovem estar

inserido em um relacionamento abusivo. Só através de uma atuação mais assertiva será possível estabelecer conhecimentos acerca do fator, enfrentando e alertando os/as jovens contra um fenômeno, considerado como uma questão de grave violação aos Direitos Humanos⁴⁶.

Sem dúvida, seria uma transformação decisiva de hábitos, valores, pensamentos e comportamentos necessários para romper com mentalidades, estereótipos e culturas enraizadas ao longo do tempo que insistem em permanecer e violar a todos os direitos inerentes aos seres humanos, especificamente meninas e mulheres. Trabalhar na educação consolidada para e pelos Direitos Humanos de forma a combater às diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica, sexual), existentes é um meio de educar a população jovem e prevenir a eventos violentos. É necessário romper com pensamentos, construindo condições e educação que contribuam para identificar e reparar violações a direitos, promovendo educação sob a perspectiva dos Direitos Humanos, educando como desafio de promoção da justiça e igualdades⁴⁷.

A constatação da **alta frequência de atos violentos** nas relações íntimas de jovens revela a necessidade de uma imediata intervenção/ação nas diversas esferas (familiar, educacional, social) no sentido de trazer a lume **pautas educativas acerca da violência nas relações de intimidade de jovens**, tanto no aspecto de conscientização dos(as) jovens acerca do fator, como também, modelo preventivo. Nesse sentido, a educação favorecerá para ampliação de uma cidadania e alargamento de um modelo de democracia, informação comunicação e **educação para e pelos Direitos Humanos**. É fundamental e urgente realizar nas escolas – espaço de socialização e aprendizados múltiplos e socializadores - **projetos e debates de conscientização e prevenção** acerca do fenômeno da violência e de riscos e perigos, perpassando por uma educação crítica e de acesso à cidadania, condição fundamental para o equilíbrio pessoal e social, onde a **cultura da paz e do respeito recíproco**, interpessoal e coletivo,

⁴⁶ ESTEVÃO C. Educação para direitos humanos: uma proposta crítica. **Studia Historica. História Contemporânea**, 2018. Disponível em: <http://revistas.usal.es/index.php/0213-2087/article/view/20102>.

⁴⁷ SILVA, A. M. & TAVARES, C. (Orgs.). Políticas e fundamentos da educação em direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2010.

representa a base fundamental para estabelecer elos de convivência pacíficos, saudáveis e que possam também impactar em ambiente doméstico-familiar e social estendido. Ou seja, entre as experiências vividas de maneira individual e relacional (familiar e escolar), podem potencializar uma abordagem que promova dimensões de direitos, acesso à cidadania e à dignidade, considerando aspectos éticos e não violentos da vida em partilha.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n.10, p.5-15, 1989.

BUTLER, J. P. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAMPOS, C. H. *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011 p. 143-196.

CAMPOS, M. R. S. *Análise das propriedades psicométricas da versão brasileira do inventário "Parcours Amoureux des Jeunes-PAJ"*. 2015. Dissertação de Mestrado (Saúde Coletiva). Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Estadual de Feira de Santana.

CARIDADE S.; MACHADO, C. Violência na intimidade juvenil: prevalência, factores de risco e atitudes. In: MACHADO, C. *Novas formas de vitimação criminal*. Braga: Psiquilibrios, 2010, p. 13-59.

CARIDADE, S.; MACHADO, C. Violência na intimidade juvenil: da vitimação à perpetração. *Análise psicológica*, Lisboa, v. 24, n. 4, p. 485-493, 2006.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M.; SILVA, L. B. *Juventudes e Sexualidade*. Brasília: Unesco, 2004.

CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. *Informação & Sociedade: Estudos*, v. 24, n. 1, 2014.

CAVALCANTI, V. R. S. Violências sobrepostas: contextos, tendências e abordagens num cenário de mudanças. In: DIAS, I. (Org.). *Violência doméstica e de gênero*. Lisboa: Pactor, 2018, p. 1-27.

CAVALCANTI, V.R.S. & SILVA, A.C. Ética & práxis: em tempos sombrios, a justiça social e a liberdade devem ser difundidos. In: CAVALCANTI, V.R.S &

CARNEIRO, V.C.S. Direitos Humanos: Múltiplos Olhares. Salvador: Roma Negra/Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, 2014, p. 81-110.

CUNHA, O. N. Adaptação Transcultural e validação de conteúdo do questionário "parcours amoureux des jeunes" – PAJ – Montreal/ Canadá para o contexto do

Brasil. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014.

DIAS, I. Violência doméstica e justiça. *Sociologia*: Porto, v. 20, 2010, p. 245-262.

ESTEVÃO, C. A.V. Democracia política, democracia escolar e educação para os direitos humanos. *Educação*, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 28-34, jan./abr. 2013. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/12296/8737>.

GOMES, C. B. *Violência nas Escolas: Uma realidade a ser Transformada*. Curitiba: Juruá, 2013.

MACHADO, C.; MATOS, M.; GONÇALVES, M. M. - E. C. V. C. - Escala de crenças sobre a violência conjugal. In: ALMEIDA L.; SIMÕES M., MACHADO C.; GONÇALVES M. M. (Coords.). *Avaliação psicológica: Instrumentos validados para a população portuguesa*. Coimbra: Quarteto, v. II, 2008, p. 127-140.

MINAYO, M.C.S. *Amor e Violência: um paradoxo das relações de namoro e do “ficar” entre jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

MINAYO, M.C.S.; GONÇALVES, S.; FERREIRA, S; RAMOS. E. *Possibilidades e dificuldades nas relações entre ciências sociais e epidemiologia*. Rio de Janeiro: Centro Latino Americano de Estudo a Violência e Saúde, 2003.

MOTTA, A. B. Teoria de gerações na perspectiva de gênero. *Feminismo, desenvolvimento e direitos humanos*. Aracaju: REDOR/NEPING, p. 1-20, 2005.

NASCIMENTO, O. C. Adaptação transcultural e validação de conteúdo do questionário “Parcours Amoureux des Jeunes-PAJ” Montréal/Canadá-para o contexto do Brasil. 2014. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana-BA.

NEVES, A.S.A. Amor, Poder e Violência (s) contra as mulheres: a importância do gênero nas relações íntimas. *Psicologia: Teoria, Investigação e prática*, v. 8, n. 1, p. 133- 144, 2003.

NEVES, A. S. A. As mulheres e os discursos generalizados sobre o amor: a caminho do “amor confluyente” ou o retorno ao mito do “amor romântico”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 609-627, 2007.

OMS - Organização Mundial de Saúde/OPAS; Organização Pan-Americana da Saúde. *Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: Ação e produção de evidência*. OMS, 2014.

ONU - Organização das Nações Unidas. Conselho Social e Econômico. Relatório do Trabalho de Grupo na Violência contra a Mulher. Viena, Nações Unidas, 1992.

PASINATO, W. *Justiça e Violência Contra a Mulher – O Papel do Sistema Judiciário na Solução dos Conflitos de Gênero*. São Paulo: Annablume, 2004.

SARDENBERG, C.M.B. Um diálogo possível entre Margaret Mead e Simone de Beauvoir. In: MOTA, A. B., SARDENBERG, C. e GOMES, M. (Orgs.). *Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas*. Salvador: NEIM/FFCH/UFBA, 2000.

SILVA, A. M. & TAVARES, C. (Orgs.). *Políticas e fundamentos da educação em direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2010.

SOARES, M. V.B. Educação em direitos humanos: de que se trata?. In: BARBOSA, R. L. L. *Formação de educadores: desafios e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 309-318.

TAVARES, M. S.; SARDENBERG, C. M. B.; GOMES, M. Q. C. *Feminismo, Estado e Políticas de Enfrentamento à Violência contra Mulheres: Monitorando a Lei Maria da Penha*. Labrys, v. 20, p. 1-30, 2011.

VIEIRA, C.M.C. A investigação participativa. Algumas considerações em torno desta metodologia qualitativa. In: OLIVEIRA, L; PEREIRA, A. & SANTIAGO, R. (Orgs.). *Investigação em Educação. Abordagens Conceptuais e Práticas*. Porto: Porto Editora, 2004, pp. 59-76.

Data de submissão do artigo: 30/04/2019

Data de aprovação do artigo: 27/11/2019

Edição e propriedade:

Universidade Portucalense Cooperativa de Ensino Superior, CRL

Rua Dr. António Bernardino de Almeida, 541 - 4200-072 Porto

Email: upt@upt.pt